



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638720 - MG (2021/0001796-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : CARINA BICALHO PIACENZA - MG068209
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DANIEL LUCINDA NARDI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL LUCINDA NARDI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Apelação Criminal n. 1.0460.17.002606-2/001).

O paciente foi condenado às penas de 4 meses de reclusão em regime inicial aberto, substituída por 1 restritiva de direitos, e de multa, pela prática de furto tentado.

Inconformadas, as partes apelaram no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, tendo o recurso ministerial sido provido para condenar o recorrente também pelo crime de tráfico de entorpecentes, redimensionando sua pena para 2 anos de reclusão em regime inicial aberto e 169 dias-multa, substituindo-se a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos.

A impetrante sustenta que a busca e apreensão operada no domicílio do paciente seria ilegal, considerando que não existiam fundadas razões para a entrada da autoridade policial na residência do sentenciado sem autorização judicial, o que ensejaria a anulação da ação penal, com sua consequente absolvição.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação, expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que todas as provas colhidas no processo sejam anuladas, com a consequente absolvição do agente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que as razões explicitadas para manter a condenação do paciente mostram-se, em princípio,

concretas, não se vislumbrando ilegalidade(fls. 320-334).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente